

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA  
DOS AÇORES



COMISSÃO ESPECIALIZADA PERMANENTE DE  
ECONOMIA

# RELATÓRIO E PARECER

---

**Projeto de Resolução n.º 102/XII**

**“Medidas de apoio aos Produtores de Leite de São Jorge”**

**27 DE JUNHO DE 2022**



## INTRODUÇÃO

---

A Comissão Permanente de Economia procedeu à apreciação, relato e emissão de parecer, na sequência do solicitado por Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, sobre o **Projeto de Resolução n.º 102/XII – “Medidas de apoio aos Produtores de Leite de São Jorge”**.

---

## ENQUADRAMENTO JURÍDICO

---

A apresentação do presente Projeto de Resolução, emanado pelos Grupos Parlamentares do PSD, CDS-PP e PPM, decorre da faculdade legal atribuída aos Deputados, nos termos da alínea d) do n.º 1 do artigo 31.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores (Lei n.º 39/80, de 5 de agosto, alterada pelas Leis n.ºs 9/87, de 26 de março, 61/98, de 27 de agosto, e 2/2009, de 12 de janeiro), em conjugação com o disposto no artigo 114.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores (Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores n.º 15/2003/A, de 26 de novembro, alterada pela Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores n.º 3/2009/A, de 14 de janeiro).

O Projeto de Resolução em análise cumpre todos os requisitos exigidos pelo artigo 119.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, o qual é aplicável por remissão do artigo 145.º do mesmo diploma.

Assim, nos termos do disposto na alínea a) do artigo 42.º do Regimento, compete à respetiva comissão especializada permanente apreciar e elaborar o correspondente relatório sobre a presente iniciativa.

Considerando a matéria da presente iniciativa, constata-se que a competência para emitir parecer é da Comissão de Economia, nos termos da Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores n.º 1/2021/A, de 6 de janeiro, alterada pelas Resoluções da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores n.º 49/2021/A, de 11 de agosto, e n.º 52/2021/A, de 25 de outubro, que aprova as competências das comissões especializadas permanentes.



---

**APRECIÇÃO NA GENERALIDADE E ESPECIALIDADE**

---

O proponente, em sede de exposição de motivos, refere que *“Considerando a importância dos produtores de leite para a elaboração do Queijo de São Jorge;*

*Considerando que existiam 214 produtores de leite na ilha de São Jorge em 2020, e 211 em 2021, sendo esta ilha a terceira maior produtora de leite;*

*Considerando que o leite entregue pelos produtores de São Jorge permite a produção do queijo de São Jorge, um Produto de Denominação de Origem Protegida (DOP);*

*Considerando a importância de manter a produção de leite nesta ilha, sendo que muitos dos produtores encontram-se desmotivados em dar continuidade a este tipo de produção, por diversos motivos, como a falta de mão-de-obra ou os custos de produção;*

*Considerando que o Queijo de São Jorge é um produto de referência dos Lacticínios dos Açores;*

*Considerando que os critérios de classificação do leite para a Ilha de São Jorge são de maior exigência pelo seu método de produção;*

*Considerando as limitações do tipo de forragem permitido para a alimentação das vacas leiteiras;*

*Considerando o contínuo aumento dos custos de produção;*

*Considerando a constante diminuição dos litros de leite entregues pelos produtores de leite nas fábricas, o que poderá pôr em causa a sustentabilidade do setor cooperativo;*

*Considerando, finalmente, que o Programa POSEI, reconhece e apoia a diferenciação produtiva das Regiões Ultraperiféricas, pelo que, entendemos que a produção de leite em São Jorge apresenta uma especificação única nos Açores, que importa ser considerada neste programa”.*



---

PROCESSO EM ANÁLISE

---

A Comissão Permanente de Economia deliberou proceder às audições da Uniqueijo - União de Cooperativas Agrícolas de Lacticínio de S. Jorge, UCRL, da Associação de Agricultores da Ilha de São Jorge, da Associação dos Jovens Agricultores Jorgenses, que decorreram no dia 18 de maio de 2022, e do Secretário Regional da Agricultura e do Desenvolvimento Rural, que decorreu no dia 23 de maio de 2022.

- **Audição da União de Cooperativas Agrícolas de Lacticínio de S. Jorge, UCRL:**

A Uniqueijo foi representada, nesta audição, pelo seu Presidente, António Aguiar, e pelo Dr. Ricardo Borges.

A audição iniciou-se com uma apresentação pormenorizada sobre a situação atual do sector cooperativo de S. Jorge, feita pelo Dr. Ricardo Borges, seguindo-se alguns pedidos de esclarecimento por parte dos Deputados presentes.

O Deputado Paulo Silveira, perguntou, dirigindo-se ao Presidente da Uniqueijo, se estava de acordo com o Projeto de Resolução.

Presidente António Aguiar disse que concordava e foi um pouco mais além, dizendo que o projeto nem deve ser aplicado só para São Jorge.

Entende que houve aqui duas medidas que beneficiaram outras ilhas, nomeadamente a Graciosa, Terceira e São Miguel, para mudarem do leite para carne, que, de facto, faz sentido.

A redução de leite em 20%, com recurso a apoio, foi outra medida, havendo necessidade de, em outras ilhas, fazer-se o inverso, ou seja, apoiar para manter ou aumentar a produção de leite.

Defendeu que o apoio que, anteriormente, vinha sendo dado aos produtores devia prosseguir este ano, no valor de cerca de 600 mil euros, em valores totais, nada comparado com estas duas medidas anteriores, deixando esse desafio aos Deputados porque é uma questão de justiça que viesse a acontecer.

A Deputada Catarina Cabaceiras, sobre a questão do marketing, perguntou qual a opinião sobre a campanha realizada em 2020.



Perguntou, ainda, quantos produtores de leite abandonaram e a idade desses produtores e qual a sua sensibilidade sobre o investimento na genética.

Presidente António Aguiar disse que uma das razões para o abandono é a falta mão-de-obra, acrescentando que produzir 1 litro de leite em São Jorge é mais difícil do que em qualquer parte dos Açores, devido às regras apertadas que existem à porta das fábricas.

Em relação ao marketing, disse, como deve imaginar, que 25 mil euros é muito pouco, mas o pouco que se conseguiu acha que foi feito bastante. Disse que se fez bastante publicidade. “Tivemos revistas e o Expresso que vieram cá a São Jorge. Mas claro que são valores diminutos e queríamos mais”, referiu.

Em relação ao abandono, disse que há de todas as idades, muito embora aqueles que vão saindo, vão para a carne.

Sobre a genética, usou o exemplo de quem apostou muito na genética e que agora está a fazer carne. A genética que há na ilha é aquela que considera que aceitável.

O Deputado Carlos Furtado perguntou, por um lado, quais as iniciativas mais proveitosas, no sentido de continuar a manter o efetivo de produtores de leite em São Jorge e, por outro, para aumentar a capacidade dos que ficam para suprimir a desistência de alguns produtores.

Perguntou de se há condições para ir atrás doutros mercados ou ainda, nos mercados existentes, criar uma penetração maior.

O Presidente, relativamente aos mercados, disse que a Marca Açores daí defender uma submarca. Depois, a questão do marketing e da promoção para chegar a nichos de mercados específicos e determinados países, são dois fatores muito importantes.

Diz que quem não investe numa marca, não vende, reconhecendo que a Uniqueijo não tem capacidade para investir. Quanto à falta de leite, diz que a produção se dedica 365 dias, 24h de vacas por dia, com custos e dificuldades, daí os agricultores, se lhes pede cuidados adicionais por causa das silagens, devem ser compensados por isso.

O Deputado Carlos Furtado perguntou, se além do incentivo financeiro, se encontra de alguma forma a possibilidade de haver algum mecanismo que possa potenciar o crescimento das explorações, ou, então, se existe forma de mecanizar mais a produção de leite ou ela já chegou ao ponto limite. O Presidente disse não ser possível mecanizar mais.



A Deputada Patrícia Miranda perguntou se o mercado reflete a excelência do queijo de S. Jorge. Relativamente às cadeias de abastecimento, perguntou de os que se refletem nas prateleiras dos mercados se chega até à Uniqueijo. Por fim, perguntou o que fazem aos excedentes, nomeadamente o soro.

O Presidente, sobre o soro, disse que em São Jorge não é como nas outras ilhas. Todo o soro que resta é levado pelos produtores, não constituindo um problema como noutras empresas e que era valorizado.

O Dirigente disse que estão presentes em 37 países (EUA e Canadá são os melhores). Já conseguiram, no início do ano, uma remessa para a Polónia de 25 toneladas e agora vão enviar outra para a semana. A Polónia surge com 20 a 30 toneladas. “Se os políticos regionais conseguissem chegar à SONAE e a outros grandes distribuidores, se calhar para eles, 30 a 40 toneladas não é nada e para nós é muito”, referiu.

A Deputada Isabel Teixeira perguntou o que pensam sobre a inovação dos produtos, nomeadamente queijos mais pequenos, iogurte, leite, centros, etc..

O Deputado Marco Costa, sobre a mão-de obra, perguntou se sentia que o setor já está em condições de voltar a ser mais um setor familiar.

A Deputada Vitória Pereira considera que a produção de produtos de excelência seria uma forma de alavancar o preço dos produtos lácteos e o aumento do leite pago aos produtores. Perguntou se, também, seria uma opção entrar em nichos de mercado.

O Presidente disse que, realmente, o leite da Região tem a quantidade e qualidade, não tendo dúvidas que produzir com qualidade vai trazer muito mais regalias.

- **Audição da Associação de Agricultores da Ilha de São Jorge:**

O Deputado Paulo Silveira, perguntou se esta resolução faz sentido e o que é que se poderia para além desta atividade.

O Presidente da Direção, João Sequeira, começou por dizer que estava de acordo. O preço padrão do leite neste momento passa para 27 cêntimos. Era 24 no Verão, 26 no Inverno, passando agora para 27.



Referiu que há uns aumentos previstos que vão ser dados agora, que o satisfaz num sentido, mas não é suficiente e o Presidente da União sabe qual é a nossa opinião.

“Nós temos uma ideia de que o mínimo do preço de litro do leite em São Jorge, devido às exigências de produção, nunca deveria ser menos de 40 cêntimos. E acho que não é um exagero, devido a todas as exigências e a qualidade do produto em si”, referiu.

Sabe que se a Direção da Uniqueijo pudesse pagar, com certeza que pagava, mas há um trabalho que deve ser feito, estudado, o que se pode alterar em São Jorge em relação à produção, quais são os outros produtos, em que se pode tirar mais rendimento.

A Deputada Catarina Cabeceiras perguntou se tem ideia do número de produtores que tenha abandonado a produção de leite nos últimos anos.

Perguntou, ainda, no que diz respeito aos jovens, se nota um decréscimo na procura de jovens para querer fazer projetos à primeira instalação e se nota esse desinteresse por parte daqueles que se pretendem instalar.

O Presidente da Associação referiu que, na realidade, há aqueles que estão a querer desistir pelo cansaço e por aquilo que acham que deviam receber.

Segundo o Dirigente Associativo, alguns, e é isso que mais ouve, querem desistir de produzir leite devido ao que já explicou, ou seja, devido ao preço e à exigência. Em relação aos projetos e aos jovens, disse que, de facto, há jovens que fizeram as suas candidaturas aos projetos e devido ao atraso, houve alguns que desistiram e é claro que é notório, por exemplo, aqueles que iniciaram o seu projeto há 1 ano não estão satisfeitos porque este não foi revisto.

E para que o leite em São Jorge não caia abruptamente, defende a entrada de jovens e por isso, tem que haver um apoio diferente, um olhar diferente para eles, um apoio que seja mais rápido.

A Deputada Isabel Teixeira considera que S. Jorge tem bom produto, o leite, e pergunta se o problema está na comercialização ou se existe mais problemas que se possa estudar e aprofundar



O Dirigente disse que entendia que se S. Jorge tem um produto de excelência, se tem as qualidades que tem, se tem uma enorme quantidade de produção e também um mercado abrangente, alguma coisa de errada se passa aqui.

Disse que a rede de distribuição do queijo de São Jorge é a Lactaçoeres e é ela que gere o mercado.

Em relação à outra questão, disse que, relativamente aos jovens, depende de eles quererem produzir e quererem apostar no leite de São Jorge, mas para isso tem que haver incentivos e bons preços.

Diz saber que há ilhas em que o preço pago ao produtor é equivalente ou até superior, referindo os casos da Terceira e São Miguel, mais bem pagos e sem as exigências existentes em S. Jorge. Contou o exemplo, o caso de lavrador chegar à Cooperativa para entregar o leite, é feito o primeiro teste, não reúne as condições exigidas e leva o leite para casa. O leite não entra.

A Deputada Patrícia Miranda perguntou se via com bons olhos uma medida que ajudasse a reduzir um dos custos de produção (gasóleo agrícola) e se seria uma mais-valia ao nosso setor.

Depois referiu-se a um conjunto de medidas que o PS apresentou há 1 ano e que foram aprovadas por maioria na Assembleia, para ajudar os produtores de leite, e perguntou se achava que este assunto, se calhar, não teria tanto impacto no setor se já estivessem sido colocadas em prática as medidas aprovadas.

O Deputado Paulo Silveira disse que em São Jorge tem existido a tendência de cruzamento de efetivos de leite com raças de carne. Questionou se podia garantir algum rendimento, através desses cruzamentos e dos animais resultantes ou se os produtores de São Jorge, na sua grande maioria, continuam a apostar no melhoramento genético e, portanto, fazem todas as inseminações sempre na perspetiva de animais de leite.

Pedi para esclarecer se a exploração modelo continua a ser uma exploração de mão-de-obra própria, familiar ou já, pela escala que vai alcançando com a dimensão das





explorações, se comece com a contratação de mão-de-obra externa e se entende que, também, pode ser por aí que cresça algum descontentamento ou desmotivação.

O Dirigente Associativo referiu que houve sempre preocupação em termos de genética, para ter animais de qualidade, acrescentando que é verdade que nas explorações de leite já têm animais de carne.

Disse, ainda, que em relação à carne, havia cada vez mais indivíduos a apostar na produção de carne, não acontecendo o mesmo no leite.

Acrescentou que na agricultura, e em outras áreas, há falta de mão-de-obra. Disse haver muitas ajudas, nomeadamente através do rendimento mínimo, e não só, e depois não querem trabalhar. E, também, há lavouras que tinham uma certa determinada dimensão que estão a reduzir por causa disso.

- **Audição da Associação dos Jovens Agricultores Jorgenses:**

A Deputada Catarina Cabeceiras explicou a iniciativa em análise.

Jorge Sousa, Presidente do Conselho Fiscal da Associação dos Jovens Agricultores Jorgenses, concordou com o diploma, explicando que o sector está a ficar cada vez menos lucrativo e, por isso, está mais difícil o jovem querer ficar como produtor de leite, daí apelar a um maior apoio no futuro.

O Deputado Paulo Silveira disse ter a preocupação de termos um setor bastante envelhecido, e sobre os jovens, e sobre as primeiras instalações, perguntou se teve na Associação alguma procura.

O Dirigente salientou que ainda aparece 2 ou 3 jovens, embora para um jovem começar é sempre difícil. Explicou que um jovem começa ou porque o pai tinha vacas, sendo poucos os casos de alguém que inicia este negócio. Seria atrativo, para um jovem se entusiasmar com a atividade, ter apoio técnico, mais veterinários, técnicos no campo, de forma que o produtor não se sinta sozinho.



A Deputada Isabel Teixeira quis saber que incentivos para os jovens agricultores que se instalam ou que tem vontade de se instalar e quais são as maiores dificuldades que eles têm.

Sobre a questão do veterinário, quis saber se a Associação já abriu algum concurso para tal e se Associação tem possibilidades de suportar os custos com esse veterinário.

O Dirigente explicou que era difícil trazer um veterinário para a ilha e que havia alguns protocolos que celebravam com o Governo Regional, mas era complicado um veterinário querer permanecer numa ilha como São Jorge e mesma a Associação suportar os encargos.

A Deputada Catarina Cabeceiras perguntou se tinha noção, nos últimos dois anos, quantos produtores de leite é que abandonaram a atividade.

Sobre a genética, quis saber se continua a existir por parte daqueles que são os produtores de leite esse querer continuar esse caminho de melhoria genética.

Se considera que esses meios técnicos referidos seriam uma mais-valia por via das associações agrícolas ou por via dos serviços oficiais.

O Dirigente, sobre a última questão, disse que quem queira evoluir vai estar aberto à chegada dos técnicos, dos veterinários, mas se for pelas Associações julga que seria um pouco diferente, porque as Associações têm um contacto diferente com o produtor, já conhecem muito bem os seus sócios, sabem a melhor maneira de lidar com cada um. Por este motivo as Associações seriam uma melhor porta de entrada, podendo, todavia, conjugar as duas coisas. Sobre quem abandonou a produção de leite, explicou que vê mais gente a querer abandonar o leite e, sobre a genética, todos os dias há sempre algo de novo e que se está a ficar um pouco para trás.

A Deputada Patrícia Miranda quis saber se tem noção de quantos jovens, neste momento, concorreram ao programa do jovem agricultor.

O Dirigente disse que, infelizmente, não são assim muitos e que há falta de uma maior divulgação dessas informações, sendo que a zona da ilha que tem mais produtores de



leite jovens, é a zona do Topo, sendo esta, também, a zona com menor escolaridade nos agricultores, mas os mais novos são os mais curiosos.

O Deputado Marco Costa, sobre a dificuldade de mão-de-obra, quis saber se existe vontade para obter essa mão-de-obra e se considera que São Jorge está aberto à contratação de mão-de-obra do exterior para o sector agrícola, neste caso para a produção de leite.

O Presidente do Conselho Fiscal explicou que essa realidade já existe e se vier de fora será bem-vinda.

O Deputado Jaime Vieira perguntou quando foi que começaram a sentir esta falta de mão-de-obra na agricultura, se foi gradual ou de forma repentina.

Perguntou, ainda, se as escolas profissionais poderiam ser uma mais-valia.

O Deputado Mário Tomé, recordando que o trabalho dos produtores de leite era um trabalho de domingo a domingo, quis saber se acha que os produtores de leite têm, ou não, condições financeiras para pagar salários compatíveis com os horários que os trabalhadores fazem.

O Dirigente Associativo explicou que a escola profissional de São Jorge tem cursos dessa área e esses jovens fazem já estágios nas explorações de leite, considerando importante haver esses cursos para haver mais gente preparada. A falta de mão-de-obra foi sentida há 10, 12 anos para cá, recordando que a população em São Jorge envelheceu muito.

Sobre os salários, afirmou que é difícil poder pagar esses salários com um trabalho de domingo a domingo.

- **Audição do Secretário Regional de Agricultura e Desenvolvimento Rural:**

O Secretário Regional começou por dizer que tendo em conta a crise sísmico vulcânica que está a decorrer em São Jorge e aquilo que é uma tendência de abandono da produção de leite, que não resulta de agora, faz todo o sentido que se encontrem medidas de apoio específicas à produção de leite.



Disse que não há uma receita igual para todas as ilhas.” Interessa manter um dos nossos bilhetes de entidade dos Açores, que é o queijo de São Jorge e, se não houver matéria-prima não há queijo. Portanto, esta iniciativa parlamentar tem toda a pertinência no nosso entender”, referiu o Governante.

A Deputada Catarina Cabeceiras quis saber se o Governo Regional considera pertinente e se esta iniciativa é concretizável.

Outra questão, não que esteja previsto nesta iniciativa, mas é algo que quer fazer chegar, que é reduzir o abandono desta atividade, perguntando, também, qual a sua análise sobre o problema da falta de mão-de-obra.

O Secretário Regional disse que o programa POSEI é o escape para aquilo que é a limitação que os Estados Membros têm de apoio aos agricultores, no máximo de 20 mil euros durante 3 anos. Ou seja, todos os Estados Membros só podem apoiar cada agricultor em 20 mil euros.

O POSEI permite às Regiões Ultraperiféricas apoiar os seus agricultores sem limite orçamental, explicando que os rateios que existiam no passado podiam ter sido colmatados com o orçamento regional, sem qualquer problema.

Referiu que o sucesso nos Açores não é as explorações precisarem de mão-de-obra, é a mão-de-obra familiar nas explorações. Falou nos resgates leiteiros, que era uma maneira de reduzir o número de agricultores e que em São Jorge teve um efeito negativo. Depois o desaparecimento da principal exploração, em São Jorge, que devia ser a matriz familiar, levando à concentração parcelar, produtiva e à exigência de mão-de-obra.

O preço de leite, no dia 1 de abril, aumentou de 24 para 27 cêntimos, e em outubro vai aumentar para 29 cêntimos. Mas este aumento de 3 cêntimos não resulta só do mercado. Referiu que, este ano, já pagaram mais 207 mil euros às Cooperativas para a medida de armazenamento e cura do queijo do Topo. As Cooperativas, com este dinheiro que antes era cortado, distribuíram todo no preço do litro de leite. Destes 3



cêntimos, há 0,8 cêntimos que provém da distribuição dos 207 mil euros, havendo aqui indiretamente um apoio do POSEI.

O Projeto de Resolução quer alertar e abrir horizontes para uma política diferenciadora em São Jorge, através do POSEI, que não se limite só ao apoio do litro de leite.

O erário público está disposto a apoiar inovação, tecnologia e até produtos qualificados, como o queijo de São Jorge, desde que haja o compromisso de todos. Não se pode dizer que vão apoiar um projeto e amanhã não ter os produtores todos de leite. O Governo Regional está disponível para apoiar essa diferenciação que existe em São Jorge. Não se pode correr o risco de perder matéria-prima.

O Deputado Paulo Silveira, a propósito da questão da comercialização e do marketing do queijo de São Jorge, referiu que este não pode servir para rebocar os outros lacticínios da Região. Em relação aos jovens, perguntou se neste processo houve da parte da Secretaria o acompanhamento das Associações Agrícolas perante esta situação que estamos a viver, e quantos pedidos de primeiras instalações chegou à Secretaria. Perguntou, ainda, quais as perspetivas em relação ao marketing.

Secretário Regional recordou que houve uma iniciativa, no âmbito do Plano e Orçamento para 2021, proposta pelo CDS-PP, de marketing do queijo de São Jorge, no valor de 20 mil euros, que foi concretizada. A publicidade foi executada pela confraria do queijo de São Jorge em parceria com o IAMA.

Sobre os jovens, de um modo geral nos Açores, não há, por parte desses, uma apetência para o investimento, mesmo investimento participado por fundos comunitários, porque os equipamentos sobem praticamente de semana a semana, nomeadamente as alfaias agrícolas, depois há os custos de produção e essa incerteza gera medo de trabalhar na atividade.

Relativamente a este assunto, disse que o que está previsto para 2022 são algumas situações gerais e outras particulares para cada ilha. Por exemplo, em vez de continuar a apoiar, de uma forma muito intensiva as máquinas agrícolas por exploração,



provavelmente irão majorar a compra de máquinas agrícolas quando os agricultores se associarem em grupos de 4 ou 5. Relativamente aos novos critérios de avaliação dos projetos de investimento, em São Jorge, referiu que se estiver associado a um produto qualificado faz sentido que seja majorado. Faz também sentido que os produtores, de leite por exemplo, tenham majorações, na análise de projetos, não quando aumentam a produção de leite, mas quando melhoram a qualidade do leite. “O POSEI tem de deixar de ser numérico e passar a ser qualitativo”, concluiu.

A Deputada Isabel Teixeira referiu que o queijo de São Jorge é um produto de excelência e que leva o nome dos Açores a muitas partes do mundo. Perguntou, relativamente às mudanças de paradigmas, como se irá refletir esse novo paradigma acrescentando valor aos rendimentos dos produtores jorgenses?

O Secretário Regional explicou que não faria as opções que foram feitas no passado. Para além dos 207 mil euros, o ano passado o apoio foi de 280 mil euros, e este ano o apoio voltará a ser de 280 mil euros e, portanto, referindo que 207 mil euros, que vem do POSEI, mais os 280 mil euros, que vem do orçamento regional de apoio às cooperativas.

A partir de janeiro de 2023, assim espera, com o quadro específico de apoio para São Jorge, vindos do FEDER, POSEI e do orçamento regional, com uma estratégia de compromisso, a longo prazo, entre todos, nomeadamente produtores e cooperativas.

Disse que, de facto, o trabalho no leite obriga a uma maior dedicação, o mesmo não acontecendo com a produção de carne, cujos agricultores não têm de ir lá todos os dias. A crise sísmica veio alertar para a necessidade de estar em São Jorge.

O Deputado Carlos Furtado recordou que, no ano passado, foi apresentado e aprovado um Projeto de Resolução, com o objetivo de criar uma publicidade entre o destino turístico e os lacticínios dos Açores.

Quis saber que medidas até hoje foram levadas a efeito em função desse Projeto de Resolução que foi aprovado.



O Secretário Regional concordou de que havia uma diferença entre a iniciativa por ele proposta e aprovado o ano passado e a iniciativa do CDS. A iniciativa do CDS criou no orçamento regional uma ação própria porque foi no âmbito da discussão do Orçamento. A iniciativa do ano passado recomendou ao Governo fazer sem a devida dotação.

Já decorreram algumas reuniões entre as indústrias da Região e o IAMA e há alguma insistência em haver uma base, um padrão comum para essa publicitação. Diz que esse assunto não está esquecido, é para se fazer.

---

### SÍNTESE DA POSIÇÃO DOS DEPUTADOS

---

**PS:** O GPPS aprova o relatório e abstém-se com reserva para plenário.

**PSD:** O GP do PSD aprova o Relatório e dá parecer favorável à iniciativa.

**CDS-PP:** O GP do CDS-PP vota favoravelmente o relatório e a iniciativa.

**CH:** Não emitiu posição.

**PPM:** Não emitiu posição.

**IL:** Não emitiu posição.

**PAN:** Não emitiu posição.

**O DEPUTADO INDEPENDENTE:** Aprova o relatório, com reserva de posição para plenário.

---

### VOTAÇÃO DOS DEPUTADOS

---

O **Grupo Parlamentar do PS** emite **parecer de abstenção, com reserva de posição para o plenário**, relativamente à presente iniciativa.

O **Grupo Parlamentar do PSD** emite **parecer favorável** relativamente à presente iniciativa.

O **Grupo Parlamentar do CDS-PP** emite **parecer favorável** relativamente à presente iniciativa.

O **Deputado Independente** emite **parecer de abstenção, com reserva de posição para o plenário**, relativamente à presente iniciativa.



---

**CONCLUSÕES E PARECER**

---

Com base na apreciação efetuada, a Comissão Permanente de Economia deliberou, por maioria, com os votos a favor do PSD e CDS-PP e a abstenção do PS e do Deputado Independente, com reserva de posição para Plenário, emitir **parecer favorável**, relativamente ao presente Projeto de Resolução.

Graciosa, 27 de junho de 2022.

O Relator

(Wilson Ponte Gomes)

O presente relatório foi aprovado por unanimidade.

O Presidente

(José Ávila)